

Petroleiros reafirmam pauta do ACT com ato nacional em defesa da PBio



A campanha reivindicatória da categoria petroleira foi movimentada com atos no dia 3/10, nas diversas bases da Federação Única dos Petroleiros (FUP). As manifestações marcaram o aniversário de 72 anos da Petrobrás com protestos contrários à privatização das usinas da Petrobrás Biocombustível (PBio) e em defesa de um Brasil Soberano.

A proposta inicial da gestão do Sistema Petrobrás para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025 foi recusada em mesa de negociação pelas entidades sindicais e após a FUP apresentar as pautas de reivindicações detalhadamente em reuniões temáticas, a expectativa é que a empresa apresente uma contraproposta que atenda às reivindicações

de um acordo coletivo justo, com a divisão da riqueza gerada pelas trabalhadoras e trabalhadores, incluindo, principalmente, uma solução para os PED's. A próxima reunião com a gestão da Petrobrás está agendada para o dia 16/10. Diante de uma proposta concreta, o Sindipetro/MG divulgará o calendário de assembleias, para submeter a proposta à categoria.

Os atos nacionais, no dia 3/10, foram motivados pela ameaça de privatização da PBio, após a informação de que os postos de trabalho das usinas de biodiesel serão terceirizados a partir da implementação do modelo de parceria privada já aprovado pela Diretoria Executiva da Petrobrás. Em relação aos trabalhadores, o cenário é de incertezas. O comunica-

do foi feito por um diretor da subsidiária diretamente aos trabalhadores, sem envolver os sindicatos. A crítica é que o novo modelo de negócio seria uma privatização na prática, estando na contramão da proposta de Petrobrás que o povo brasileiro elegeu nas urnas.

O Sindipetro/MG promoveu ato em defesa da PBio, com atraso dos trabalhadores na entrada de turno, na Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro em Montes Claros/MG. O ato foi animado por uma charanga formada por jovens de movimentos populares que apoiaram a luta da categoria petroleira. “Bora, bora, bora! Vamos dizer não à privatização, a incorporação é a solução” foi o refrão de uma das paródias feitas pelo bloco.

Para o coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves, a categoria petroleira vai resistir a essa proposta de privatização “escamoteada”, para impedir o avanço de um projeto que pode rebaixar direitos dos trabalhadores. “A PBio é o braço da transição energética justa da Petrobrás e a nossa pauta no ACT é pela incorporação dos trabalhadores”, reafirma.

Participaram do ato em Montes Claros, dirigentes do Sindipetro/MG, da FUP, do Sindipetro Unificado, Sindipetro/Caxias, MTST, MTD, Levante Popular da Juventude, SindUTE, Sindieletro/MG, além de lideranças políticas como a deputada estadual Leninha (PT) e a vereadora de Montes Claros Iara Pimentel (PT).

Técnicos de segurança encerram greve

Acordo prevê reajuste de 10,9% no salário e 220% no valor do auxílio-alimentação, retroativo à data base, com quitação na folha de outubro de 2025

Os técnicos de segurança do trabalho da empresa Previne, prestadora de serviços da Regap, saíram vitoriosos após uma greve de 33 dias, iniciada em 29 de agosto. Em assembleia geral, realizada em 3 de outubro, os trabalhadores decidiram aceitar a proposta negociada com a intermediação da Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT/MG).

O acordo prevê reajuste de 10,9% no salário e 220% no valor do auxílio-alimentação, retroativo à data base, com quitação na folha de outubro de 2025. Também garantiram a manutenção das demais conquistas estabelecidas em Acordo Coletivo de Trabalho da categoria com o compromisso de que não haverá dispensas de empregados em retaliação à participação no movimento grevista. Foi fixada uma garantia de emprego

pelo prazo de seis meses. As horas paradas em decorrência da greve deverão ser compensadas por meio de acordo ou banco de horas, no período de até 120 dias, sem desconto pelos dias paralisados.

O Sindipetro/MG acompanhou a greve dos trabalhadores, expondo as denúncias de práticas antissindicais pela empresa Previne, diante de ameaças, pressões e até a substituição de trabalhadores em greve por empregados sem a devida qualificação.

Assim como, cobrou da gestão local de SMS da Petrobrás uma postura justa diante do direito legítimo dos técnicos em lutar por melhores condições de trabalho. “Parabenizamos os técnicos de segurança do trabalho pela luta coletiva contra a precarização das condições de trabalho e pelas conquistas garantidas em um novo acordo vitorioso”, comemora Guilherme Alves, coordenador-geral do Sindipetro/MG.

Descumprimento de número mínimo no TE



O Sindipetro/MG tomou conhecimento de que está ocorrendo descumprimento de número mínimo no TE da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, de forma recorrente. Assim, como nos demais casos de denúncias, o Sindicato tem entrado em contato com a Gerência Geral da Regap para cobrar que a empresa tome as medidas necessárias.

As consequências de serviços realizados com equipes reduzidas causam sobrecarga de trabalho, além de afetar a saúde física e psicológica dos trabalhadores, aumentando os riscos de acidentes e perda de vidas. Por isso, o Sindipetro/MG orienta aos trabalhadores procurarem, imediatamente, o Sindicato quando o setor for

obrigado a trabalhar com equipes reduzidas, qualquer que seja a justificativa. Somente ao tomar conhecimento do problema, o Sindicato pode atuar.

O aumento do efetivo é uma reivindicação histórica das entidades sindicais, principalmente depois que a empresa reduziu o quadro próprio, em vista do projeto de privatização do governo anterior. Ao insistir em operar com um quantitativo de trabalhadores abaixo do número mínimo de segurança, a Regap assume colocar sob risco de acidentes as equipes, a comunidade do entorno e as instalações da refinaria. A orientação é a de que as petroleiras e petroleiros denunciem essas situações ao Sindicato imediatamente.